

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais

Programa novo implementado a partir de 2003/2004

Duração da prova: 120 minutos
2006

1.ª FASE

PROVA ESCRITA DE HISTÓRIA

Identifique claramente os grupos e os itens a que responde.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

É interdito o uso de «esferográfica-lápis» e de corrector.

As cotações da prova encontram-se na página 8.

Em todos os itens, cerca de 10% da cotação é atribuída à comunicação em língua portuguesa.

A prova inclui dois grupos.

Todos os itens são de resposta obrigatória.

Todos os itens exigem a análise dos documentos apresentados.

No Grupo I, o item 5. exige resposta desenvolvida.

GRUPO I

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS EM PORTUGAL ENTRE OS ANOS 40 E O INÍCIO DOS ANOS 70 DO SÉCULO XX

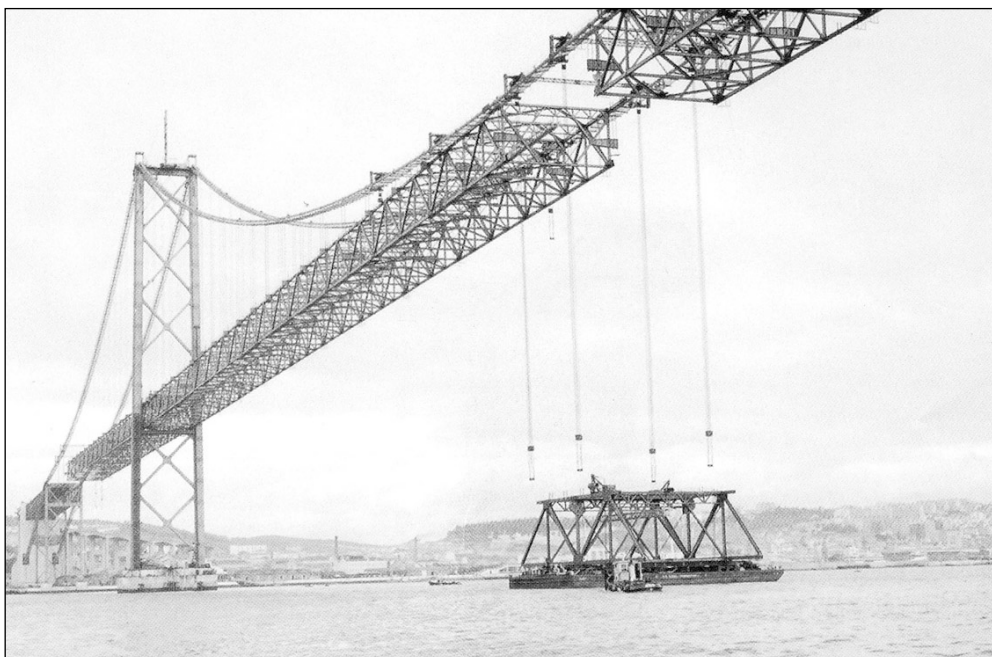
Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

- Doc. 1** – População agrícola em Portugal (1940-1970)
- Doc. 2** – Trabalhos de construção da Ponte sobre o Tejo (inaugurada em 1966)
- Doc. 3** – Comércio externo português (1959-1973)
- Doc. 4** – Carta de Marcelo Caetano a Kaúlza de Arriaga (1971)
- Doc. 5** – Comunicado distribuído à imprensa pelo Comando Distrital da PSP de Lisboa (1973)

Documento 1

– População agrícola em Portugal (1940-1970)
(Em percentagem da população activa)

Ano	População agrícola
1940	51%
1950	47%
1960	43%
1970	33%

Documento 2**– Trabalhos de construção da Ponte sobre o Tejo***

* Entre Lisboa e Almada; inaugurada em 6 de Agosto de 1966.

Documento 3**– Comércio externo português (1959-1973)**

(Em percentagem)

<i>Destino das exportações de Portugal metropolitano</i>			
<i>Destino</i> \ <i>Ano</i>	1959	1969	1973
EFTA/CEE	40,3%	50,9%	60,5%
Colónias	29,8%	24,4%	14,8%

<i>Origem das importações de Portugal metropolitano</i>			
<i>Origem</i> \ <i>Ano</i>	1959	1967	1973
EFTA/CEE	51,7%	56,4%	56,9%
Colónias	14,2%	14,3%	10,1%

Documento 4 – Carta de Marcelo Caetano a Káulza de Arriaga* (1971)

Tenho seguido com a mais desvelada atenção todos os problemas ligados à luta em África. Os comandantes-chefes queixam-se sempre de falta de recursos – em dinheiro, homens, material. E não lhes posso negar razão. Mas nós atingimos o limite máximo do esforço financeiro ao consagrar quase 45% das receitas às despesas militares e de segurança. O Ministério das Finanças declara, e também com razão, que é impossível ir mais longe.

* Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, entre 1970 e 1973

Documento 5 – Comunicado distribuído à imprensa pelo Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Lisboa (1973)

O Comando da PSP de Lisboa esclarece que não pode ser utilizado abusivamente este período pré-eleitoral para a acção de agitação social de organizações clandestinas, comprometidas com os movimentos terroristas que combatemos no Ultramar.

Mesmo depois de haver candidaturas aprovadas e de ter sido iniciada a campanha eleitoral, as instruções recebidas não permitem que sejam consentidas aos próprios candidatos e suas comissões eleitorais quaisquer manifestações ou reuniões na via pública, para que possa ser garantida a liberdade e a tranquilidade de todos os cidadãos.

1. **Justifique a transformação na estrutura da população activa verificada no período considerado no quadro (documento 1).**
2. **Identifique as linhas de orientação económica reflectidas nos documentos 2 e 3.**
3. **Caracterize a situação político-militar que justifica as preocupações evidenciadas na correspondência trocada entre Marcelo Caetano e Kaúlza de Arriaga (documento 4).**
4. **Explicite as razões das restrições nos direitos fundamentais dos cidadãos expressas no documento 5.**
5. **Analise os factores que condicionaram a modernização do País entre os finais dos anos 40 e o início dos anos 70 do século XX.**

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, os seguintes tópicos de desenvolvimento:

- **transformações económicas – avanços e bloqueios;**
- **transformações políticas do regime – forças internas e pressões externas.**

A sua resposta deve integrar, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos 1 a 5.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Adaptado de A. Torres e L. Veloso, *Estudos de Economia Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, e de J. M. Brito e F. Rosas (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1997

Doc. 2 – *Portugal, Um Século de Imagens*, Lisboa, edição do Diário de Notícias, 1999

Doc. 3 – Adaptado de Norrie MacQueen, *A Descolonização da África Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998

Doc. 4 – J. F. Antunes (org.), *Cartas Particulares a Marcelo Caetano*, vol. 2, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985

Doc. 5 – in *Seara Nova*, n.º 1537, Novembro, 1973

GRUPO II

PROBLEMAS TRANSNACIONAIS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Discurso de Kofi Annan* na sede da ONU (2004)

Ao nível internacional, todos os Estados – fortes e fracos, grandes e pequenos – necessitam de uma estrutura de regras justas, que cada um saiba que será respeitada pelos outros. Felizmente, essa estrutura existe. Do comércio ao terrorismo e da lei marítima até às armas de destruição maciça, os Estados [Estados-membros] criaram um corpo impressionante de normas e leis. Este é um dos
5 maiores feitos da nossa Organização.

Mas esta estrutura está cheia de falhas e fraquezas. É selectivamente aplicada e arbitrariamente imposta com demasiada frequência. Carece dos músculos que transformam um corpo de leis num sistema legal eficaz.

Mesmo quando essa capacidade de fazer cumprir as leis existe, como no Conselho de Segurança,
10 muitos são da opinião de que nem sempre é utilizada com justiça ou eficazmente. Onde a supremacia da lei é mais intensamente invocada, como na Comissão sobre os Direitos Humanos, os que a invocam nem sempre praticam o que pregam. [...]

A supremacia da lei como mero conceito não basta. As leis têm de ser aplicadas e entrelaçar-se com o tecido das nossas vidas. [...]

15 É aplicando a lei que poderemos negar recursos financeiros e abrigo aos terroristas – um elemento essencial em qualquer estratégia para derrotar o terrorismo.

É reintroduzindo a supremacia da lei e a confiança na sua aplicação imparcial que poderemos ressuscitar as sociedades despedaçadas pelos conflitos.

20 É a lei, incluindo as resoluções do Conselho de Segurança, que oferece a melhor base para a resolução de conflitos prolongados [...].

É defendendo rigorosamente o direito internacional que podemos – e devemos – cumprir a nossa responsabilidade de proteger civis inocentes do genocídio, de crimes contra a humanidade e de crimes de guerra. Tal como avisei esta Assembleia há cinco anos atrás, a história julgar-nos-á muito duramente se nos deixarmos desviar desta tarefa – ou se pensarmos estar dispensados dela –
25 invocando a soberania nacional.

* Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

- 1. Identifique os problemas transnacionais da actualidade destacados no documento.**
- 2. Explícite as dificuldades que se colocam à aplicação do direito internacional, segundo Kofi Annan.**
- 3. Esclareça as formas de actuação encontradas pela ONU para tentar responder aos grandes problemas transnacionais do mundo contemporâneo.**

Identificação da fonte

Adaptado de M. Robalo e M. Mata (sel.), *50 Grandes Discursos da História*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005

FIM

V.S.F.F.

623/7

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	20 pontos
3.	20 pontos
4.	20 pontos
5.	50 pontos
	<hr/>
	130 pontos

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	20 pontos
3.	30 pontos
	<hr/>
	70 pontos

TOTAL **200 pontos**